



RELATÓRIO ANUAL 2023

A RETOMADA DO DIÁLOGO DEMOCRÁTICO PELA CONSTRUÇÃO DA SEGURANÇA PÚBLICA



Instituto **SoudaPaz**

A paz na prática

SUMÁRIO

PALAVRA DA DIRETORA-EXECUTIVA	03
SOBRE O INSTITUTO SOU DA PAZ	04
NOSSA ESTRATÉGIA PARA MELHORAR O BRASIL	05
O IMPACTO DA NOSSA ATUAÇÃO EM 2023	07
Atuamos pela retomada da política responsável de armas	07
Analisamos os impactos e incidimos para prevenir a violência armada	08
Atuamos pela redução da violência armada a nível global	09
Promovemos boas práticas e políticas efetivas nos estados brasileiros	10
Monitoramos a política de segurança pública paulista	12
Defendemos a profissionalização policial e a necessidade de proteger a vida de agentes e população	12
Engajamos vozes diversas pela defesa da segurança democrática	13
NOSSO ALCANCE EM NÚMEROS	15
JUNTOS SOMOS MAIS FORTES; MAIS FORTES VAMOS MAIS LONGE	17
TRANSFORMAM COM A GENTE	18
BALANÇO FINANCEIRO	20
QUEM FAZ O SOU DA PAZ ACONTECER	21
VEM COM A GENTE	22

Prezado/a/e,

É com grande satisfação que apresento, em nome do Instituto Sou da Paz, nosso Relatório Anual de 2023. Esse foi um ano de mudanças para o Brasil e também para nossa organização, que finalizou a implementação do plano estratégico 2019-2023 ao mesmo tempo em que recalculou sua rota por meio de um novo planejamento estratégico que definiu os objetivos de nossa entrega para a segurança pública brasileira pelos próximos cinco anos.

No campo da incidência política, após anos de retrocessos na segurança pública colocados em prática por um governo avesso ao debate democrático e à sociedade civil, em 2023 pudemos ampliar novamente o diálogo com o Executivo federal e contribuir no restabelecimento de parâmetros responsáveis para a política nacional de controle de armas.

Para a promoção de mudanças efetivas na segurança pública brasileira é necessário que o Poder Público adote políticas de segurança eficientes e baseadas em evidências, e ações de governos locais possuem a capacidade de impactar todo o país. Por isso, trabalhamos em parceria com governos dos estados para que boas práticas no campo da segurança sejam elaboradas e colocadas em prática, caso de nossa parceria com o Espírito Santo. No mesmo sentido,

monitoramos e nos manifestamos sobre os retrocessos nas políticas de segurança pública em estados como São Paulo, que tem retrocedido na política de uso da força policial.

Seguimos engajando vozes potentes para amplificar os debates sobre segurança pública. Isso porque acreditamos que, para desconstruir soluções mágicas e mitos que custam caro para a segurança brasileira, um dos caminhos é a promoção da informação de qualidade e do diálogo construtivo com atores diversos.

Foi mais um ano de muito trabalho, de conquistas e também do desenvolvimento interno de nossa organização, que rumo seus 25 anos de existência em 2024 com a intenção de potencializar nossa capacidade de impactar ainda mais o país. Convido você a conhecer mais detalhadamente nossa atuação nas próximas páginas.

Agradecemos por seu apoio e por seguir conosco por mais um ano!

Boa leitura,

CAROLINA RICARDO
DIRETORA-EXECUTIVA



SOBRE O INSTITUTO SOU DA PAZ

Existimos para mostrar que é possível construir políticas de segurança pública com base em evidências, postura humana, republicana e antirracista.

Atuamos com base em três pilares:



CONHECER

Só é possível desenvolver ações eficazes para reduzir a violência quando se conhece a fundo o problema a ser enfrentado.

Analizamos dados disponíveis sobre violência e criminalidade, jogamos luz a dados não disponibilizados ativamente por governos e órgãos públicos, e realizamos pesquisas para identificar dinâmicas criminais e conhecer como as instituições têm lidado com esses problemas. Também fazemos análises comparadas entre as regiões do país e do mundo, aprofundando o entendimento e identificando boas práticas.



DESENVOLVER

Colocamos a paz na prática ao intervir na realidade brasileira por meio de projetos e ações junto aos públicos mais afetados pela violência ou junto às instituições que trabalham diretamente com segurança pública. Criamos e testamos maneiras diferentes e inovadoras de intervir nos problemas, identificamos os desafios de implementação e aperfeiçoamos as práticas a cada novo projeto.



MOBILIZAR

A partir do conhecimento produzido e da experiência prática, utilizamos diversas estratégias para influenciar a agenda pública e defender a priorização de temas e estratégias para melhorar a segurança pública. Isso acontece por meio do monitoramento das políticas e das discussões no âmbito do Legislativo e Executivo, da participação em espaços formais de debate e construção de políticas, do fortalecimento do trabalho da sociedade civil para ampliar sua capacidade de articulação e também com uma intensa participação junto à imprensa e a influenciadores estratégicos.

NOSSA ESTRATÉGIA PARA MELHORAR O BRASIL

Em 2023, encerramos um ciclo de planejamento estratégico construído em 2018 no qual, ao longo de 5 anos, trabalhamos por:

MAIS GENTE ENGAJADA POR MELHORES POLÍTICAS DE SEGURANÇA PÚBLICA

Acreditamos que o país precisa de mais pessoas interessadas e dedicadas a discutir e pautar o tema da segurança pública de forma qualificada e representativa. A sociedade precisa saber quais políticas realmente funcionam para exigi-las de seus governantes e participar da sua construção. Nesse sentido, mobilizamos atores diversos da sociedade civil, como agentes políticos, ativistas, influenciadores, jornalistas e pessoas comuns interessadas em participar ativamente da construção de políticas públicas eficientes e democráticas de segurança pública.

INVESTIGAÇÃO A FAVOR DA REDUÇÃO DA VIOLÊNCIA

É fundamental também lidar com a baixa prioridade e a falta de resposta aos crimes violentos, especialmente os homicídios, por meio do direcionamento de recursos para esclarecer esses crimes e do uso de inteligência para preveni-los e, ao mesmo tempo, é preciso responder de forma mais eficiente aos crimes menos graves. Para esclarecer homicídios e crimes violentos é fundamental também tirar as armas ilegais de circulação e rastrear seu percurso dentro e fora do país, com o objetivo de reduzir a disponibilidade desse importante vetor da violência.

NOVO

PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO

2024-2028

Em 2023, também demos início a nosso novo ciclo de planejamento estratégico 2024-2028, construído com a participação de toda a equipe, e que guiará nossa atuação nos próximos anos.

Nele, definimos como principais objetivos:

REDUZIR OS FATORES DE RISCO QUE AFETAM HOMICÍDIOS NO BRASIL, ESPECIALMENTE OS QUE ATINGEM A POPULAÇÃO NEGRA

Neste eixo, trabalharemos para:

- ✓ Combater a impunidade dos homicídios;
- ✓ Corrigir o viés racial da segurança pública;
- ✓ Ampliar o controle de armas e munições;
- ✓ Prevenir a violência nas escolas.

ENGAJAR A SOCIEDADE PARA A DEFESA DE POLÍTICAS DE SEGURANÇA PÚBLICA PREVENTIVAS E BASEADAS EM EVIDÊNCIAS

Neste eixo, atuaremos para:

- ✓ Conquistar públicos diversificados na defesa do controle de armas;
- ✓ Enfrentar a captura política das instituições policiais;
- ✓ Fortalecer e ampliar a visibilidade de políticas de segurança bem-sucedidas.

O IMPACTO DA NOSSA ATUAÇÃO EM 2023

O início do ano de 2023 trouxe a esperança de reparação dos danos e retrocessos causados à democracia e à segurança pública no período de 2019 a 2022. Ao longo do ano, buscamos ampliar o diálogo com tomadores de decisões que impactam a segurança pública no âmbito federal, no Executivo, Legislativo e Judiciário, e também estadual, como em São Paulo, onde pudemos monitorar e incidir de perto para pautar avanços e dar visibilidade a retrocessos na política de segurança paulista.



CELEBRAMOS EM NOSSOS CANAIS OS 20 ANOS DA LEGISLAÇÃO BRASILEIRA DE CONTROLE DE ARMAS

Nos últimos anos, a lei brasileira de controle de armas (Lei nº 10.826/2003), popularmente conhecida como Estatuto do Desarmamento, passou por uma série de ataques no Congresso e canetadas presidenciais no último governo. Mas seguiu firme e completou duas décadas, graças ao esforço da sociedade civil em sua defesa!



CONFIRA OS DESTAQUES DA NOSSA ATUAÇÃO AO LONGO DO ANO:

✓ ATUAMOS PELA RETOMADA DE UMA POLÍTICA RESPONSÁVEL DE ARMAS

Após 4 anos de mais de 40 mudanças legislativas que facilitaram a compra e circulação de armas de fogo no Brasil, voltamos nossas ações para a reconstrução da política brasileira de controle de armas. Na busca desse objetivo, passamos a integrar espaços de formulação de políticas públicas, como o GT de armas, grupo de trabalho criado pelo Ministério da Justiça e Segurança Pública, composto por representantes da Polícia Federal, Exército, das Comissões de Segurança Pública da Câmara e do Senado, entre outros, para desenvolver uma nova regulamentação sobre o tema. Passamos a integrar também o Conselho Nacional de Segurança Pública e Defesa Social, que possui a função de sugerir caminhos para prevenção e repressão à violência e à criminalidade, entre outras missões.

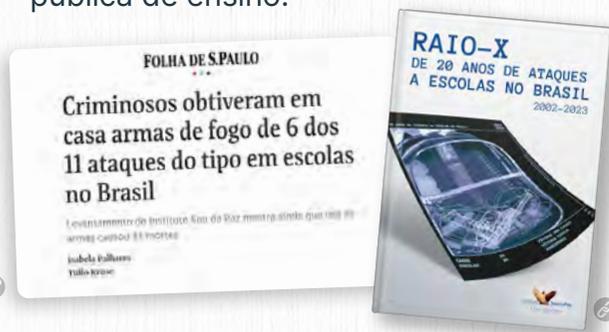


ANALISAMOS OS IMPACTOS E INCIDIMOS PARA PREVENIR A VIOLÊNCIA ARMADA

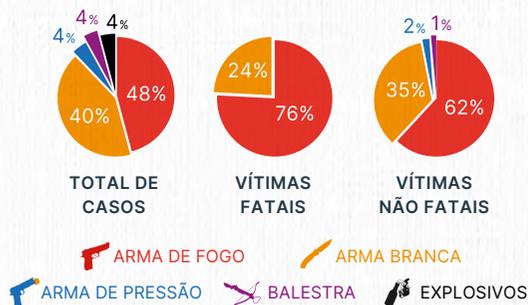
Para evidenciar as consequências do aumento do acesso a armas na sociedade brasileira, analisamos a onda crescente de ataques a escolas que se intensificou a partir de 2019. A publicação **Raio X: 20 anos de ataques nas escolas no Brasil** revelou que as armas de fogo foram um agravante na vitimização de pessoas, especialmente jovens, nos episódios de violência. No intuito de ampliar a visibilidade aos achados e contribuir nos caminhos de prevenção a novos episódios de violência escolar, participamos de palestras e eventos conversando com professores e gestores da rede pública de ensino.

Além da violência perpetuada pelas armas de fogo que geram um custo social e humano imensurável, há ainda um gasto financeiro pago por toda a população. A segunda edição da análise **Custos da violência armada: gastos da saúde pública com atendimento de vítimas de arma de fogo** mostrou que, apenas em 2022, as armas de fogo custaram R\$41 milhões para o Sistema de Saúde Único (SUS) do país, dinheiro que poderia ser investido em outros tratamentos ou políticas públicas.

Utilizamos os dados da pesquisa para incidir na Reforma Tributária



NÚMERO DE CASOS E VÍTIMAS FATAIS POR ARMA PRINCIPAL UTILIZADA NOS ATAQUES EM ESCOLAS



Atuamos na esfera dos Poderes Judiciário e Executivo federal pelo controle de armas. Realizamos, em conjunto com o Instituto Igarapé, diversas reuniões com a Controladoria Geral da União (CGU) sobre formas de aperfeiçoar a transparência nos dados sobre armas e munições nas publicações realizadas pelos órgãos federais.

Atuamos como *amicus curiae* nas ações julgadas pelo Supremo Tribunal Federal (STF). A corte declarou inconstitucionais vários pontos de decretos editados por Bolsonaro para afrouxar as regras para compra e porte de armas de fogo e uma portaria de aumento de munições.

Uma outra vitória judicial que obtivemos foi a decisão do STF sobre uma ação que lideramos em conjunto com outras Organizações da Sociedade Civil para a Taurus remover suas propagandas de armas do site e das redes sociais, que violavam o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) e o Estatuto do Desarmamento.

Nossas pesquisas também foram incluídas no relatório final da Comissão Parlamentar Mista de Inquérito (CPMI) dos atos antidemocráticos, que tratou dos atos de vandalismo que ocorreram em Brasília no dia 8 de janeiro de 2023.

✓ ATUAMOS PELA REDUÇÃO DA VIOLÊNCIA ARMADA A NÍVEL GLOBAL

O problema da violência armada atravessa fronteiras, e decisões de países sobre o tema podem, até mesmo, afetar outras nações. Por isso, mesmo que o nosso trabalho em 2023 tenha enfrentado desafios importantes no campo da Segurança Pública brasileira, também avançamos a nossa atuação internacional no combate à violência armada.

O **Tratado de Comércio de Armas (TCA)** das Nações Unidas é um elo entre países na discussão sobre as responsabilidades sobre a violência armada. O TCA estabelece critérios de avaliação de risco para o comércio internacional de armas, com o objetivo de evitar que elas sejam usadas em crimes de guerra e que sejam desviadas para organizações criminosas ou terroristas. Em 2023, participamos da formação da Secretaria do Tratado de Controle de Armas, e recebemos o certificado que nos permite apoiar estados e a sociedade civil na implementação das diretrizes do documento.

A eficácia da adesão dos países ao Tratado de Comércio de Armas das Nações Unidas é monitorada e analisada pelo relatório **Arms Trade Treaty Monitor**, uma publicação da sociedade civil que lança luz às diversas realidades afetadas pela violência armada. Nos juntamos ao Conselho Editorial na missão de definir os temas e produções de destaque da próxima edição.

Nossa diretora-executiva recebeu o convite para o *Advisory Board on Disarmament Matters (ABDM)*, Conselho da ONU para assuntos de desarmamento, cuja missão é formular recomendações ao Secretário-geral da ONU sobre assuntos ligados ao desarmamento em nível global.



Gerente do Sou da Paz, Natália Pollachi, recebe certificado do treinamento da Secretaria do TCA.



Carolina Ricardo, diretora-executiva do Sou da Paz, e demais membros do Conselho da ONU.

✓ **PROMOVEMOS BOAS PRÁTICAS E POLÍTICAS EFETIVAS NOS ESTADOS BRASILEIROS**

Em parceria com o governo do estado da Paraíba, buscamos qualificar a investigação e mensuração de homicídios esclarecidos, na busca de prevenir e esclarecer esse tipo de crime, e trabalhamos pela implementação do Modelo Integrado de Controle de Armas, com o objetivo de reduzir a disponibilidade desse artefato no contexto da violência do estado.

Dessa forma, buscamos aprimorar o trabalho das polícias locais para que, por meio de inteligência, seja mais eficiente e seguro para a sociedade e para a própria polícia. Nesse intuito, em parceria com a Secretaria de Segurança Pública do Espírito Santo, elaboramos um **estudo sobre como estados podem fazer o combate ativo ao mercado ilegal de munições**, com operações seguras e fiscalizações mais eficientes. Os resultados foram publicados no Anuário Estadual da Segurança Pública 2023 do Espírito Santo, feito pelo governo do estado e pelo Instituto Jones dos Santos Neves.

É preciso avançar, no entanto, não somente na prevenção do crime com técnicas mais contundentes de controle de armas, mas também nos esclarecimentos dos crimes já consumados, principalmente aqueles que atentam contra a vida humana. Nesse esforço, lançamos a 6ª edição da pesquisa **Onde Mora a Impunidade**, com o objetivo de estimular a criação de um **indicador nacional de esclarecimento de homicídios**. O estudo observou um avanço na elaboração de indicadores de eficiência do trabalho de investigação policial e divulgação em transparência ativa desses dados por parte de algumas secretarias estaduais de Segurança Pública.



AFINAL, EXISTEM INDICADORES OFICIAIS DE ESCLARECIMENTO DE HOMICÍDIOS PRODUZIDOS PELAS POLÍCIAS CÍVIS DE CADA ESTADO?



6 (CE, DF, MG, PB, PE e RJ)

Polícias Cíveis **publicam** indicadores de eficiência da investigação de homicídios



6 (ES, GO, MS, PA, SC e TO)

Polícias Cíveis informaram indicadores, mas **não publicam** em transparência ativa



10 (AL, BA, MA, MT, PR, RN, RS, RO, RR e SP)

Polícias Cíveis informam que **não possuem** indicador oficial



5 (AM, AC, AP, PI e SE)

Polícias Cíveis **não enviaram** nenhum retorno ao nosso pedido

Acreditamos que dar respostas aos homicídios é atuar em questões estruturantes dos problemas da Segurança Pública do país, esta é uma política essencial para a redução da violência e permite levar justiça para familiares das vítimas. Por isso, reunimos delegadas e delegados, especialistas e representantes do Ministério Público de diferentes regiões do país no seminário **Avanços na Investigação de Homicídios no Brasil** para compartilharem os desafios de cada região e as boas práticas que podem ser adotadas.



O debate entre os diversos agentes da Segurança Pública é essencial para que sejam alcançados bons resultados nas políticas de Segurança Pública. Por meio do **Balanço das Políticas de Gestão para Resultado na Segurança Pública** destacamos, então, boas práticas de gestão que fomentam a integração entre as polícias civil e militar, monitoram metas de redução de crimes e aplicam métodos de prestação de contas sobre os resultados e indicadores de segurança pública.

Também é necessário monitorar o orçamento público e sua aplicação na melhoria da qualidade de vida dos cidadãos. Nesse esforço, analisamos os gastos do Fundo Nacional de Segurança Pública entre 2019 e 2022. A pesquisa revelou que o governo Bolsonaro não desenvolveu programas de segurança articulado com os estados, o que resultou na falta de investimento de mais da metade do recurso, mesmo com um orçamento de R\$ 6,3 bilhões, três vezes maior em comparação a gestões anteriores.



Seminário Avanços na Investigação de Homicídios no Brasil, nov. 23.

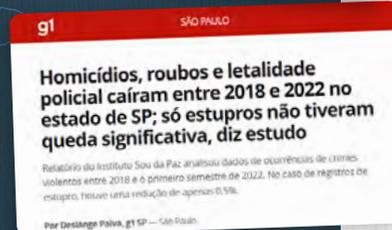
✓ MONITORAMOS A POLÍTICA DE SEGURANÇA PÚBLICA PAULISTA



O ano de 2023 também foi desafiador no estado de São Paulo, onde o governador fez constantes ameaças ao programa de câmeras corporais para as polícias e deflagrou a violenta Operação Escudo, na Baixada Santista. Como resposta a essas ações que significam um retrocesso na profissionalização da Polícia Militar paulista, fizemos articulações com outras organizações da sociedade civil e Defensoria Pública, publicamos notas públicas e realizamos reuniões com o Procurador-Geral de Justiça.

Além desse acompanhamento, fizemos o monitoramento mensal das estatísticas criminais do estado de São Paulo a partir dos dados da Secretaria de Segurança Pública, materiais que subsidiaram a pressão pública e a cobrança do Poder Público em relação ao aumento de crimes como o estupro e o feminicídio.

E no intuito de entender como a violência atinge a população dos municípios paulistas, lançamos a quinta edição do **Índice de Exposição aos Crimes Violentos (IECV) 2021-2022**. A pesquisa, que mensura os cenários da violência nas cidades com mais de 50 mil habitantes, apresentou o inédito IECV Litoral, cálculo que considera o impacto da população flutuante na exposição de violência das cidades do litoral paulista.



✓ DEFENDEMOS A PROFISSIONALIZAÇÃO POLICIAL E A NECESSIDADE DE PROTEGER A VIDA DE AGENTES E POPULAÇÃO

A profissionalização policial é uma estratégia fundamental para o enfrentamento à violência e proteção da população e das polícias. Por isso, dedicamos esforços para mostrar que o uso das câmeras nos uniformes é fundamental para aprimorar o uso da força pela polícia, reduzindo tanto a vitimização como a letalidade policial. Nesse sentido, atuamos para incentivar que outros estados brasileiros adotem a política do uso de câmeras em uniformes policiais, por meio de uma **nota técnica**, escrita em parceria com o coronel da reserva Robson Cabanas Duque, que aborda as lições aprendidas na implementação do projeto pela Polícia Militar do estado de São Paulo e os benefícios que trouxeram para a população e para a própria polícia.



Ainda nesse compromisso, passamos a integrar o Grupo de Trabalho Polícia Cidadã – Redução da Letalidade Policial, do Conselho Nacional de Justiça (CNJ). Auxiliamos na formulação de propostas de controle do uso da força e redução da letalidade policial.

✓ ENGAJAMOS VOZES DIVERSAS PELA DEFESA DA SEGURANÇA DEMOCRÁTICA

Acreditamos que quanto mais diversa e preparada forem as vozes que comunicam e abrem o diálogo com seus públicos de forma comprometida e séria sobre a Segurança Pública, mais conseguiremos avançar em uma agenda coletiva na área.

Entre esses diversos atores está a imprensa, que desde o nosso início leva ao grande público nossa produção de conhecimento baseado em evidências e nossa incidência política. Com o objetivo de retribuir essa parceria e qualificar o trabalho da imprensa de todas as regiões do país, lançamos, em parceria com Abraji, Fogo Cruzado e Fiquem Sabendo, o **Segurança Pública em Dados: guia prático para jornalistas**, que busca aumentar o controle social sobre a segurança pública ao capacitar comunicadores na coleta, leitura e transformação dos dados em informações de relevância.

No mesmo sentido, promovemos, em parceria com FES Brasil, o evento **Diálogos sobre jornalismo, segurança pública e democracia**, que reuniu em um encontro em São Paulo, capital, 20 jornalistas de todas as regiões do país para o fortalecimento da cobertura realizada pelos veículos sobre temas relevantes da cobertura de segurança.



Evento Diálogos sobre jornalismo, segurança pública e democracia, ago. 23.



Reconhecendo que a diversificação de vozes é importante também no jornalismo independente, realizamos, em parceria com a Ponte Jornalismo, o programa de microbolsas **“Comunidades Vivas”**. Contemplamos cinco comunicadores que produziram reportagens sobre práticas e soluções que melhoram a segurança de territórios vulnerabilizados.



Encontro Diálogos sobre influência digital responsável em segurança pública, nov. 23.

Também compreendemos que a forma como a informação é consumida foi transformada pela popularização das redes sociais. Desse modo, promovemos o encontro **Diálogos sobre influência digital responsável em Segurança Pública**, construído em parceria com o Redes Cordiais e 12 criadores de conteúdos digitais. No evento, o grupo pôde conversar sobre a importância de promover a construção de narrativas de defesa de políticas de segurança pública democráticas e com respeito aos direitos humanos. Os participantes produziram conteúdos conectando os temas com as pautas que abordam em seus canais.

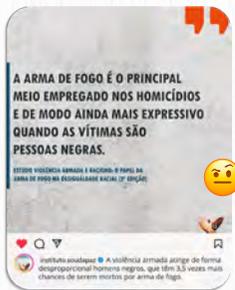


No mesmo intuito de ampliar vozes, construímos com um grupo de jovens entre 16 e 21 anos e em cumprimento de medidas socioeducativas na cidade de São Paulo a **Agenda Juvenil de prevenção à violência letal contra a juventude negra**. O relatório apresentou propostas para a Segurança Pública elaboradas pelo grupo e foi apresentado e entregue para tomadores de decisão na Assembleia Legislativa de São Paulo.



Evento de entrega da Agenda Juvenil, mai. 23.

NOSSO ALCANCE EM NÚMEROS



Alcançamos e envolvemos mais de **13 milhões de pessoas** em um debate qualificado sobre Segurança Pública nas **redes sociais**.

f 405.101 seguidores no Facebook

X 260 mil + no X

Instagram 37.475 no Instagram

in 7.000 no LinkedIn

YouTube 1.410 no YouTube

@ 7.740 no Threads

São mais de 718 mil pessoas interessadas em defender uma Segurança Pública democrática.

9.741

reportagens na imprensa de todo o país a partir da nossa produção de conhecimento.

QUASE 30 POR DIA!



24

artigos de opinião espalharam nossas análises.



481

entrevistas concedidas.



Fomos referência em **17** editoriais de veículos da grande imprensa.



JUNTOS SOMOS MAIS FORTES; MAIS FORTES VAMOS MAIS LONGE

Aprimoramos nossa geração de resultados e impactos por meio do fortalecimento institucional e do investimento em nossa equipe. Com o foco em fortalecer os processos de gestão de pessoas, melhoramos o processo de recrutamento e seleção, aperfeiçoamos a avaliação anual com o objetivo de potencializar o desenvolvimento de cada membro da equipe e implementamos uma política de desenvolvimento profissional.

Também avançamos em processos de compliance e criamos o Código de Conduta da instituição, coordenado pelo Comitê de Equidade Racial e de Gênero, que busca trazer parâmetros para as relações entre a equipe e também com atores externos. O documento tem como princípios os valores do Instituto Sou da Paz e a legislação vigente, criando também canais de acolhimento, escuta e denúncia.

Reafirmamos o nosso compromisso antirracista ao aprimorar os processos seletivos para a contratação de profissionais negros e negras e incluímos dimensões de raça e gênero na avaliação de desempenho. Também como parte da nossa política de promoção da diversidade e compromisso com o aprendizado contínuo e desenvolvimento de nossa equipe, investimos em formações sobre letramento antirracista. Por meio do Comitê de Equidade de Raça

e Gênero, promovemos para a equipe a Caminhada São Paulo Negra, realizada pelo Guia Negro, no intuito de entender como a população negra marca a cultura paulista.

O próprio Comitê de Equidade Racial e de Gênero representa nosso compromisso com a diversidade e promoção da equidade de raça e gênero na organização. Composto por membros da equipe, o comitê é responsável por construir uma agenda que auxilie o Sou da Paz a alcançar o objetivo de fortalecer a equidade dentro da organização.

Nosso avanço organizacional se deu também no alinhamento à legislação, estamos no processo de adequação à Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD). Para essa frente foi nomeado um Encarregado de Proteção de Dados (DPO) e constituído um Comitê que tem como função acompanhar, revisar regularmente e garantir as políticas e os procedimentos.

Tendo em vista como queremos atuar nos próximos anos e os impactos que queremos provocar na sociedade, construímos com toda a equipe o próximo planejamento estratégico quinzenal, que guiará nossas metas, objetivos e ações a partir de 2024.

TRANSFORMARAM COM A GENTE EM 2023



GOL



**HADDAD
FOUNDATION**



República.org



**GALO DA MANHÃ
INSTITUTO**



FORD FOUNDATION



CPPNI



**instituto
lemann**



**Fundo Brasil de
Direitos Humanos**



**INSTITUTO
Bettye Jacob
LAFER**



itaú



NED | NATIONAL
ENDOWMENT
FOR
DEMOCRACY
SUPPORTING FREEDOM AROUND THE WORLD



**OAK
FOUNDATION**



**OPEN SOCIETY
FOUNDATIONS**



**Terre des Hommes
Suisse**

Em 2023, firmamos e mantivemos parcerias que atuaram diretamente conosco em nossos projetos, ações e campanhas. **Agradecemos por contribuírem na potencialização do nosso trabalho.**

Agência Fiquem Sabendo

Associação Brasileira de Jornalismo Investigativo (ABRAJI)

Coalizão Brasileira pelo Fim da Violência contra Crianças e Adolescentes

Coalizão pela Socioeducação

Comitê Nacional de Diretores dos Departamentos de Homicídio e Proteção à Pessoa

Comitê Paulista pela Prevenção de Homicídios na Adolescência

Conselho Nacional de Segurança Pública e Defesa Social

Control Arms

Conectas Direitos Humanos

Diretoria de Ensino e Pesquisa do Ministério da Justiça

Diretoria de Gestão e Integração de Informações (SINESP) do Ministério da Justiça

Diretoria do Sistema Único de Segurança Pública do Ministério da Justiça

Friedrich Ebert Stiftung (FES)

Fórum Brasileiro de Segurança Pública

Fórum de Medida Socioeducativa da Freguesia do Ó/Brasilândia

Gender Equality Network for Small Arms Control (GENSAC)

Guia de Bancos Responsáveis (GBR)

Instituto Aurora

Instituto Brasileiro de Defesa do Consumidor (IDEC)

Instituto Fogo Cruzado

Instituto Igarapé

Instituto Vladimir Herzog

International Action Network on Small Arms (IANSA)

Ministério da Justiça e Segurança Pública

Ministério Público do Distrito Federal e Territórios

Ouvidoria da Defensoria Pública do Estado de São Paulo

Ouvidoria de Polícia de São Paulo

Oxfam Brasil

Pacto pela Democracia

Polícia Civil da Paraíba

Polícia Federal

Redes Cordiais

Rede Justiça Criminal

Rede Liberdade

Secretaria do Estado da Segurança e Defesa Social/ Governo do Espírito Santo

Secretaria da Justiça e Cidadania do Estado de São Paulo

Secretaria de Segurança Pública e Defesa Social da Paraíba/ Governo da Paraíba

Secretaria Segurança Pública do Estado de São Paulo

Secretaria Nacional de Políticas sobre Drogas e Gestão de Ativos (SENAD)

Tech and Soul

BALANÇO FINANCEIRO

TOTAL DE RECURSOS EM 2023

R\$ 7.750.904

RECURSOS POR ORIGEM

FUNDAÇÕES E ORGANIZAÇÕES DO EXTERIOR
34%

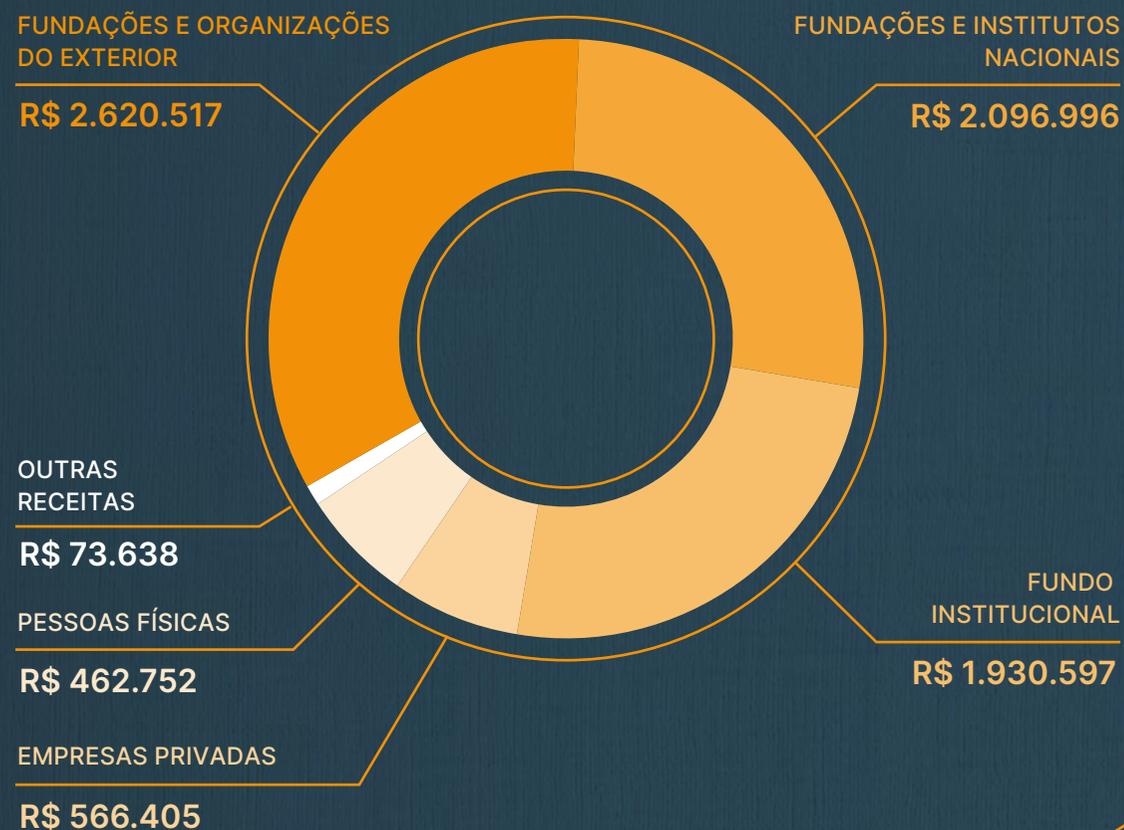
FUNDAÇÕES E INSTITUTOS NACIONAIS
27%

FUNDO INSTITUCIONAL
25%

EMPRESAS PRIVADAS
7%

PESSOAS FÍSICAS
6%

OUTRAS RECEITAS
1%



QUEM FAZ O SOU DA PAZ ACONTECER

Todos os nossos resultados não seriam alcançados sem um time engajado e comprometido com os valores da nossa organização, e sem o apoio e a confiança dos membros associados, do Conselho Diretor e Conselho Fiscal.

ASSOCIADOS

Beatriz Cruz
Beatriz Calderari de Miranda
Carlos Portugal Gouvêia
Denis Fernando Mizne
Daniel Krepel Goldberg
Eduardo Pannunzio
Fernanda Meirelles Ferreira
Flávia Goulart
José Marcelo S. Zacchi
Luciana César Guimarães
Ligia Rechenberg
Mariana Montoro Jens
Melina Ingrid Risso
Ricardo Mello

CONSELHO DIRETOR

Denis Mizne
Flavia Oliveira
Luciana Cesar Guimarães
Marcos Lederman
Theodomiro Dias Neto
Thiago Amparo
Wagner Luciano Silva

CONSELHO FISCAL

Daniel Krepel Goldberg
Paula Vieira de Oliveira
Ricardo Ribas Da Costa

EQUIPE

Carolina Ricardo - Diretora-executiva
Beatriz Graeff - Coordenadora de Projetos
Brena Andrade - Analista de Mídias Digitais
Bruno Langeani - Consultor Sênior
Cristina Neme - Coordenadora de Projetos
Danielle Tsuchida - Coordenadora de Projetos
Ecilane Rodrigues - Assistente da Diretoria
Ederson Martins - Assistente Administrativo-financeiro
Fernanda Figueiredo - Analista contábil-financeira
Gabriela Alves - Estagiária de Assessoria de Imprensa
Gabiella Oliveira - Coordenadora de Projetos
Guilherme Galdino - Analista de Gestão de Pessoas
Helóisa Salles - Estagiária de Direito
Ingrid Passos - Assistente de Pesquisas
Izabelle Mundim - Gerente de Comunicação e Engajamento
Janaina Baladez - Gerente de Desenvolvimento Institucional
Jéssica Moura - Analista de Projetos
Luciano Almeida - Gerente Administrativo-financeiro
Marina Sá - Designer
Marcele de Oliveira - Assistente de Advocacy
Mayra Pinheiro - Pesquisadora
Natália Pollachi - Gerente de Projetos
Nathalie Drumond - Gerente de Advocacy
Pedro Luiz - Estagiário de Pesquisa
Rafael Rocha - Coordenador de Projetos
Tamiris de Jesus - Coordenadora de Gestão de Projetos
Vanessa Machado - Analista de Projetos
Wigde Arcangelo - Assessor de Imprensa



DEMOCRACIA VEM COM A GENTE

Siga nossas redes sociais
e se engaje em nossos debates



Siga nossos canais



Inscreva-se na nossa
NEWSLETTER

DOE



A RETOMADA DO DIÁLOGO DEMOCRÁTICO PELA CONSTRUÇÃO DA SEGURANÇA PÚBLICA

RELATÓRIO ANUAL 2023

FICHA TÉCNICA

TEXTO:

Izabelle Mundim
e Wigde Arcangelo

REVISÃO:

Maria Clara Jeronimo
e Janaina Baladez

**PROJETO GRÁFICO
E DIAGRAMAÇÃO:**

Marina Sá



Instituto **SoudaPaz**

A paz na prática

soudapaz.org